

JUDICIÁRIO FEDERAL NO RIO PARA POR 3 HORAS NOS DIAS 29 E 30 DE MAIO

Sindicato convoca toda a categoria a repetir a paralisação nos dias 4 e 5 de junho. É a preparação da nossa greve a partir do dia 6 de junho!

Max Leone*

Os servidores do Judiciário Federal do Rio iniciaram na terça-feira e na quarta-feira, 29 e 30 de maio, a preparação da greve da categoria por tempo indeterminado que, no Rio, começará em 6 de junho. A retomada da mobilização no estado pela aprovação do PL 6.613/2009 teve “arrastões” de convencimento pelos locais de trabalho e paralisação de 3 horas em todos os tribunais. Para o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da capital e do interior foi deliberado em assembleia realizada em 24 de maio, que os servidores vão cruzar os braços das 9h às 12h. Já nos demais tribunais (TRE, TRF e Justiça Federal Venezuela, Rio Branco e Almirante Barroso), o movi-

mento paredista ocorrerá das 12h às 15h. Na quarta-feira, 30 de maio, será mantida a mesma dinâmica de mobilização em todas as repartições do estado. Carros de som e piquetes estarão posicionados nas portas dos tribunais para incentivar os servidores a participarem da paralisação.

Nos dias 4 e 5 de junho, a estratégia de paralisações de 3 horas por local de trabalho será repetida pelo Sisejufe. Neste dia, diretores do sindicato juntamente com ativistas sindicais farão novos “arrastões” de convencimento pelos diversos setores do Judiciário Federal no Rio. Farão a convocação e conscientização da categoria para a importância da greve e o começo da paralisação por tempo indeterminado a partir de 6 de junho.



Foto: Anderson Paixão

De acordo com o diretor do Sisejufe Roberto Ponciano, todo calendário de atividades aprovado pelos servidores do Rio, na assembleia de 24 de maio de 2012 (foto acima), foi ratificado pela Reunião Ampliada da Fenajufe, no sábado 26 de maio. O encontro aprovou indicativo de greve para o dia 13 de junho, unificando movimento do Judiciário Federal com os demais servidores públicos federais.

*Da Redação.

“A Ampliada definiu que os estados em condições de fazer a greve antes do dia 13 de junho sigam em frente. O Rio de Janeiro já tinha aprovado seu calendário em assembleia. Está mantido. Foi referendado pela Fenajufe. Vamos inciar a greve no Rio no dia 6 de junho. É preciso que os servidores se mobilizem e participem plenamente das convocações do sindicato.”

Roberto Ponciano
Diretor sindical

Sisejufe Samba-Choro II

Venha dançar e se emocionar com dois ícones do choro carioca e terminar a noite com um dos maiores sambistas da atualidade. Na abertura sempre um músico da categoria.

Zé da Velha e Silvério Pontes,
com participação especial de Moyseis Marques.
Show de abertura de Vicente Benevenuti.

14 de junho, às 19h
Bar do Ernesto
Largo da Lapa, 41 – Rio de Janeiro
Ao lado da Sala Cecília Meireles

Entrada gratuita. Bebidas e comidas não incluídas.
Restrita a sindicalizados com direito a um acompanhante.

Esta filipeta vale como ingresso para o servidor sindicalizado e seu acompanhante.

SISEJUFE

Entrevista com o médico do trabalho Rogério Dornelles e a programação completa
PÁGINAS 8 E 9

JORNADA SISEJUFE DE SAÚDE,
CONDIÇÕES E RELAÇÕES DE TRABALHO
31 DE MAIO, CENTRO CULTURAL JUSTIÇA FEDERAL

LEIA MAIS

Sisejufe participa de reuniões no TSE e no STF

PÁGINA 4

Saiba como foi a 17ª Plenária da Fenajufe em São Luís, no início de maio

PÁGINAS 6 e 7

Mais de 300 servidores se divertem no 1º Happy Hour do Sisejufe

PÁGINA 10

Abono permanência sem IR

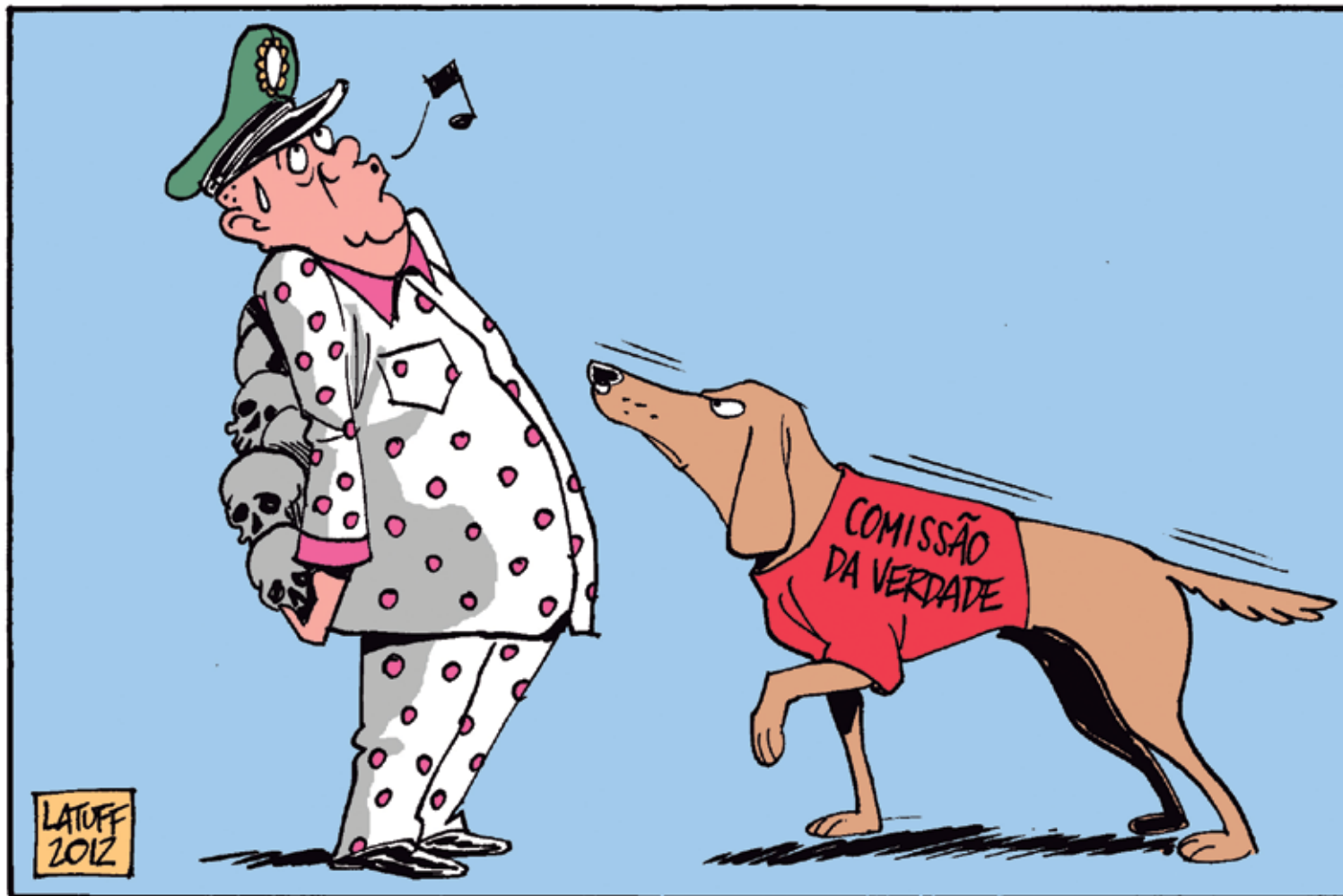
O Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) confirmou que não é devido o IR sobre o Abono de Permanência recebido por servidores da Justiça Federal. O Sisejufe havia conseguido liminar que impediu os descontos. Mesmo com matéria já pacificada a favor dos servidores no STJ e nos TRFs, a União entrou com recurso no TRF1. O tribunal sinalizou que garantias como abono de permanência, inseridas na Constituição mesmo que por Emenda Constitucional, devem ser interpretados “com a largueza do ideário constitucional”.

Garantido AQ a servidora do TRE com Mestrado

Após atuação da assessoria jurídica do Sisejufe, o TRE do Rio revisou o pedido de concessão de Adicional de Qualificação (AQ) feito por uma de suas servidoras e resolveu conceder o benefício. Com o pedido revisado e acatado, o sindicato elaborou outro requerimento para que o AQ seja pago na proporção de 10% sobre os vencimentos da servidora desde 20 de junho de 2008, data da apresentação do certificado de conclusão, do mestrado.

Sisejufe ganha ação para oficiais ad hoc

Nos processos 0019162-49.2010.4.01.3400 e 0032283-13.2011.4.01.3400, envolvendo 12 servidores filiados ao Sisejufe designados para atribuições de Oficial de Justiça Avaliador Federal, com remuneração inferior à prevista na Lei 11.416/2006 para o Analista Judiciário, Área Judiciária, especialidade Execução de Mandados, a Seção Judiciária determinou o pagamento de indenização. Parcelas como o vencimento do Analista, acrescido da GAE, GAJ e Indenização de Transporte integram a remuneração total que deveria ser paga ao oficial ad hoc). A diferença deve ser paga como indenização, acrescida de juros de mora e correção monetária.



Diretor apresenta providências para Nova Friburgo

SJRJ

Sindicato recebe ofício com medidas adotadas pela direção do Foro para questionamentos

Max Leone*

O diretor-presidente do Sisejufe, Valter Nogueira Alves, recebeu ofício (RJ-OFI-2012/05265) do diretor da Seção Judiciária do Rio de Janeiro (SJRJ), juiz federal Marcelo Leonardo Tavares, a respeito das primeiras providências adotadas pela direção do Foro “em relação à preocupação externada por esse Sindicato quanto às condições do edifício em que funciona a Justiça Federal em Nova Friburgo”. No documento, com data de 8 de maio, o diretor do Foro informa que, entre outros pontos, foi feita reunião com as áreas técnicas e encaminhados ofícios ao Departamento de Estradas e Rodagem do Rio (DER-RJ) e de Nova Friburgo pedindo explicações.

O juiz destacou que, em 4 de maio, visitou pessoalmente a subseção para verificar as condições do local. Segundo informou, foram dadas orientações aos servidores para atuação em

situações de emergência, com apresentação do plano de contingência e organização de grupo de gerenciamento de crises.

O diretor do Foro garantiu que foram feitas “gestões junto à Procuradoria da Fazenda Nacional, solicitando afetação de parte de terreno daquele órgão à Justiça Federal, para construção da nova sede da subseção. No mesmo ofício, o juiz Marcelo Tavares enviou cópia à direção do sindicato, da ata de reunião de 29 de março deste ano para “deliberação acerca de linha de ação a ser adotada em face de parecer técnico sobre estabilidade de talude próximo à Subseção de Nova Friburgo”.

Na reunião com o juiz Marcelo Tavares, o diretor da Subseção de Nova Friburgo, juiz federal Sandro Valério Andrade do Nascimento, explicou que encaminhou ofício à Secretaria Municipal de Defesa Civil solicitando análise para remoção de árvores do terreno que estariam com sinais de deterioração e pediu

elaboração de parecer técnico quanto à estabilidade do morro em frente à sede. Disse, ainda, que já havia feito contato com o DER-RJ, solicitando providências para contenção da encosta. Ele informou que não foi dada previsão de realização do serviço.

O diretor da Subsecretaria de Infraestrutura, Ivan Cardim da Silva, apresentou sugestão que seria solução mais rápida e de menor custo. De acordo com ele, a construção de valetas de proteção poderia solucionar o problema. Na reunião, foi apresentada, também, minuta de portaria para criação de Subgrupos de Gerenciamento de Crises, com conteúdo sugerido para Nova Friburgo.

O diretor do Foro mandou expedir ofício ao DER-RJ a fim de que sejam adotadas devidas providências para destinação das águas de chuva e/ou contenção da encosta. Sugeriu ao diretor da Subseção que envie ofício a Marcelo Góes Teles de Brito, engenheiro Residente/Diretor do

DER em Nova Friburgo, a fim de que adote as devidas providências para destinação das águas de chuva e/ou contenção da encosta.

Participaram da reunião o juiz federal Sandro Valério Andrade do Nascimento, diretor da Subseção Judiciária de Nova Friburgo; Patrícia Reis Longhi, diretora da Secretaria Geral; Luciene da Cunha Dau Miguel, diretora da Subsecretaria de Administração; Cláudia Cristina Lopes Lima, diretora da Subsecretaria de Logística; Ivan Cardim da Silva, diretor da Subsecretaria de Infraestrutura; Eduardo Soares Peixoto, coordenador do Núcleo de Segurança Judiciária; Marcelo Menezes, coordenador de Planejamento Estratégico e Projetos; Mauro Ralbote do Nascimento, subsecretário de Infraestrutura; Marcelo Henrique Ruas Gonzales Puga, gerente de Projetos da CPLA; Eliana Silva Ribeiro da Fonseca, supervisora da Seção de Gerenciamento de Imóveis.

*Da Redação.

Contraponto

SISEJUFUFE: Filiado à FENAJUFE e à CUT
SEDE: Av. Presidente Vargas 509/11º andar
 Centro – Rio de Janeiro – RJ – CEP 20071-003
TEL./FAX: (21) 2215-2443
PORTAL: <http://sisejufe.org.br>
ENDEREÇO: imprensa@sisejufe.org.br

DIRETORIA: Ademir Augustinho Gregolin, Adriano Nunes dos Santos, Angelo Canzi Neto, Carlos Henrique Ramos da Silva, Dulavim de Oliveira Lima Junior, Edson Mouta Vasconcellos, Flávio Braga Prieto da Silva, Francisco Costa de Souza, Francisco de Assis Moura de Andrade, Helena Guimarães Cruz, Joel Lima de Farias, Lucilene Lima Araújo de Jesus, Marcos André Leite Pereira, Mariana Ornelas de Araújo Goes Liria, Mario César Pacheco Dias Gonçalves, Marli Ferreira Gomes, Marzia Andrea Bandeira Maranhão, Moisés Santos Leite, Nilton Alves Pinheiro, Nilton Vieira Reis, Olker Guimarães Pestana, Pedro Paulo Gasse Leal, Renato Gonçalves da Silva, Ricardo de Azevedo Soares, Roberto Antônio da Motta, Roberto Ponciano Gomes de Souza Júnior, Ronaldo Almeida das Virgens, Sidnei Barbosa Seixas, Solange de Oliveira Skinner, Valter Nogueira Alves, Williams Faustino de Alvarenga. **ASSESSORIA POLÍTICA:** Vera Miranda.

REDAÇÃO: Henri Figueiredo (MTb 3953/RS) – Max Leone (MTb RJ/19002/JP) – Tatiana Lima (MTb 32631/RJ)
DIAGRAMAÇÃO: Deisedóris de Carvalho – **ILUSTRAÇÃO:** Latuff – **CONSELHO EDITORIAL:** Roberto Ponciano, Henri Figueiredo, Max Leone, Valter Nogueira Alves, Ricardo de Azevedo Soares, Flávio Prieto, Pedro Paulo Leal e Vera Miranda – **EDIÇÃO:** Henri Figueiredo

As matérias assinadas são de responsabilidade exclusiva dos autores. As cartas de leitor estão sujeitas a edição por questões de espaço. Demais colaborações devem ser enviadas em até 2 mil caracteres e a publicação está sujeita a aprovação do Conselho Editorial. Todos os textos podem ser reproduzidos desde que citada a fonte.



Impresso
em Papel
Reciclado.
8,3 mil
exemplares.

Judiciário Federal no Rio de Janeiro entra em greve por tempo indeterminado a partir de 6 de junho

PCS Decisão aconteceu em assembleia geral extraordinária em 24 de maio em frente à JF da av. Rio Branco

Com a participação de cinquenta servidoras e servidores do Judiciário Federal do Rio de Janeiro, a assembleia geral extraordinária convocada pelo Sisejufe para avaliar o indicativo de greve e a eleição da delegação fluminense para a Reunião Ampliada da Federação não teve surpresas: a categoria, por ampla maioria, votou a favor das propostas apresentadas pela direção do sindicato. Os funcionários começam o movimento paredista a partir da quarta-feira, 6 de junho.

A assembleia extraordinária da quinta-feira, 24 de maio, em frente à JF da avenida Rio Branco, iniciou, em segunda chamada, às 12h30min. Após informes sobre as movimentações da direção da Fenajufe para agilizar o processo negocial da votação do PL 6.613/2009, inclusive com os informes da reunião com o novo presidente do STF, ministro Ayres Brito, em que a Fenajufe foi informada sobre suas movimentações para a aprovação do PCS, o diretor

do Sisejufe, Roberto Ponciano, que também coordenou a assembleia, abriu espaço para intervenções.

Após a abertura de tempo para outras propostas, nenhuma outra proposição foi apresentada e foi colocada em votação a proposta da diretoria que foi aprovada por ampla maioria, com apenas seis votos contrários e nenhuma abstenção. Em seguida, a assembleia escolheu a delegação fluminense para a Reunião Ampliada da federação, sendo que apenas uma chapa foi apresentada. Encaminhada a votação da chapa única foram ratificados os nomes dos servidores(as): Roberto Ponciano, Ronaldo das Virgens, Soraia Garcia Marca, Adriano Nunes dos Santos, Eldson Bezerra da Silva, José Fonseca, João Cunha, Ricardo Pinto, Willians Faustino e Dulavim de Oliveira Lima Junior.

Imprensa do Sisejufe com informações da Assessoria Política.



Foto: Anderson Palhão

Após diversos discursos sobre a necessidade de retomada do movimento, bem como das dificuldades nacionais da categoria para a retomada da greve por tempo indeterminado de imediato, foi apresentada e aprovada a proposta da diretoria do sindicato: deflagração de greve a partir da quarta-feira, 6 de junho, com paralisações de 3 horas nos dias 29 e 30 de maio e nos dias 4 e 5 de junho para fazer arrastões pelos prédios e conscientizar o servidor para a adesão à greve do dia 6 de junho por tempo indeterminado.

Reunião Ampliada aprova indicativo de greve para o dia 13 de junho, unificando movimento com os demais servidores federais

Deliberação nacional não altera a decisão do Rio de Janeiro de iniciar movimento grevista a partir do dia 6 de junho

BRASÍLIA – 27/05/12 – A necessidade da construção da greve em todo o país para garantir a aprovação dos PLs 6613/09 e 6697/09 foi a principal conclusão da Reunião Ampliada da Fenajufe realizada no sábado, 26 de maio, em Brasília. Após fazer uma ampla avaliação sobre o quadro de mobilização nos estados, a partir das atividades promovidas pelos sindicatos

nos dias 9 e 17 de maio (dias nacionais de luta da categoria) e também das assembleias que discutiram a deflagração do movimento grevista, os delegados da ampliada aprovaram um calendário de mobilização que indica uma nova data para a greve dos servidores do Judiciário Federal e do MPU: o dia

13 de junho. Com essa decisão, a Fenajufe vai indicar às demais entidades nacionais dos servidores públicos federais, que se organizam no Fórum Nacional de Entidades dos SPFs, a mudança da data da greve unificada do funcionalismo do dia 11 de junho para o dia 13 de junho.

O objetivo da categoria, a par-

tir das avaliações feitas durante a ampliada, é deflagrar uma greve em conjunto com todos demais setores do funcionalismo, considerando que a política do governo federal continua sendo a de não atender a pauta unificada apresentada em fevereiro, quando foi lançada a Campanha Salarial de 2012. Para a maioria dos servidores que fez intervenções na reunião de sábado, somente um movimento unificado será capaz de derrotar a política de congelamento salarial imposto pelo Palácio do Planalto. Além do Judiciário Federal e do MPU, outras categorias já aprovaram o início da greve em junho, sendo que os docentes da Instituições Federais de Ensino, organizados no Andes-SN, já estão em greve desde o dia 17 de maio nas principais universidades federais do país.

O dia 30 de maio, indicativo aprovado na 17ª Plenária Na-

cional da Fenajufe, em São Luís (MA) continua no calendário nacional da categoria como um dia de jornada de mobilizações pelo PCS. Neste dia, alguns estados promoverão paralisações, como é o caso do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, São Paulo, Alagoas, Maranhão, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraíba e Espírito Santo.

O dia 6 de junho será dia de pressão na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara, quando servidores de todos os estados virão à Brasília pressionar os deputados a votar o PL 6613/09, que deverá estar na pauta da sessão. Nesse mesmo dia, à tarde, será realizada uma reunião da Fenajufe com um representante de cada sindicato de base para avaliar o quadro de mobilização e discutir os rumos do movimento.

Fonte: Imprensa da Fenajufe.

Confira abaixo o calendário aprovado na Reunião Ampliada no sábado, 26 de maio

- 30/05** – Jornada Nacional de Mobilização pelo PCS
- 05/06** – Marcha Nacional dos SPFs em Brasília e Plenária do Fórum Nacional de Entidades
- 06/06** – Pressão na CFT e reunião da Fenajufe com um representante de cada sindicato de base
- 13/06** – Indicativo de greve

nacional unificada

05/07 – Apagão na Justiça Eleitoral

A reunião ampliada também aprovou que tão logo a greve seja deflagrada será instalado o Comando Nacional de Greve, em Brasília, com um representante de cada sindicato cuja base esteja em greve.

Fenajufe e Sisejufe se reúnem com assessora da Secretaria de Gestão de Pessoas do TSE

Justiça Eleitoral Entre os temas tratados com Zélia Miranda, estiveram a isonomia dos chefes de cartório e o pagamento de horas extras

O coordenador-geral da Fenajufe José Carlos Pinto de Oliveira e o diretor do Sisejufe Roberto Ponciano reuniram-se com a assessora da Secretaria de Gestão de Pessoas do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Zélia Miranda, na quarta-feira, 25 de abril, em Brasília. Na reunião, os dirigentes sindicais trataram da isonomia dos chefes de cartório, compensação e pagamento de horas extras, entre outros assuntos. Em relação ao processo de isonomia dos chefes de cartório, com a criação de Função Comissionada (FC) 6, a secretária de Gestão de Pessoas do tribunal informou que o Ministério Público Eleitoral devolveu o processo sem qualquer questionamentos e que, agora, o processo será enviado para o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para aprovação. Caso tenha parecer favorável, seguirá para tramitação no Congresso. A assessora também informou ao coordenador-geral da Fenajufe, Zé Oliveira, que a proposta de isonomia contemplará todas as Zonas Eleitorais já criadas, incluindo as novas.

Roberto Ponciano, diretor do Sisejufe, informou à Zélia Miranda sobre a situação de alguns cartórios eleitorais do Rio de Janeiro. Vários chefes de



Zé Oliveira, coordenador da Fenajufe



Ponciano, diretor do Sisejufe

cartório criados posteriormente a lei de cargos do TSE não possuem FC e recebem pró-labore. A assessora explicou que, além do projeto de isonomia, existe um outro processo pronto para ser enviado ao Congresso, que cria as FCs 1 e FCs 4 (interior e capital) para os chefes de cartórios nesta situação (pró-labore). Para ela, esta proposta pode ser aprovada ainda antes do da isonomia, sendo um paliativo enquanto se resolve a isonomia entre os chefes da capital e interior, já que cria os cargos para quem recebe pró-labore.

Em virtude do exposto, Roberto Ponciano questionou a assessora sobre a possibilidade de que, a partir de reformulação das FCs na Sede do TRE, fossem criados FCs para os diretores de secretaria da capital e interior. Zélia Miranda afirmou que esta possibilidade não existe porque somente por lei se pode criar cargos com suas respectivas FCs nos cartórios eleitorais.

O diretor do Sisejufe também pediu esclarecimentos à secretaria de Gestão de Pessoas do TSE sobre a questão das horas-extras não pagas no prazo final do cadastro eleitoral. Ponciano explicou que devido a necessidade imperiosa de trabalho extraordinário, os servidores têm encontrado dificuldade em conseguir compensar estas horas através do processo atual de banco de horas. Segundo o diretor do Sisejufe, muitas vezes a conveniência e a oportunidade viram desculpas para as administrações regionais não liberarem os funcionários.

De acordo com Zélia Miranda, há uma proposta de resolução para o caso tramitando, para ampliar a autorização de horas extras referente aos quinze dias anteriores ao término do alistamento eleitoral, além de outras situações excepcionais como eleição extraordinária. A assessora esclareceu que sem resolução do TSE autorizando

as horas extraordinárias, nestes casos, não é possível o pagamento de horas extras e que a administração da compensação de horas extras está a cargo de cada TRE. Todavia, a assessora acredita que, com a implantação do ponto biométrico, será mais fácil administrar o banco.

Durante a reunião o coordenador-geral da federação, Zé Oliveira, também expôs para assessora a atual ação do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Rio Grande do Sul, que tem feito concursos de remoção internos limitando o acesso ao concurso somente aos servidores que possuem determinada formação superior não exigida na época da seleção para entrada no órgão como o caso de uma remoção para analista da área meio, sem especialização, em que foi exigido curso de Contabilidade. Zé Oliveira ainda ressaltou que este direcionamento não tem respaldo nas regulamentações do TSE.

A assessora da secretaria de Gestão de Pessoas do TSE, mediante o relato, solicitou ao coordenador-geral da Fenajufe que envie para o tribunal cópia da documentação referente ao caso para análise.

No final da reunião, o coordenador-geral da Fenajufe também solicitou à secretária que o TSE dialogue com a administração dos tribunais do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais sobre a necessidade de alterar a atual compreensão a respeito da negociação para compensação de horas relacionadas ao serviço dos dias de greve da categoria. Segundo Zé Oliveira, o caso já havia sido conversado com o ex-presidente do TSE, ministro Ricardo Lewandowski, sobre o assunto. Para ele, a penalização aplicada aos servidores hoje pelos tribunais citados é contraproducente.

*Da Redação com informações do Sintrajufe-RS.

Dirigente do sindicato discute PCS com diretor-geral do STF, em Brasília

O diretor do Sisejufe Roberto Ponciano reuniu-se, na manhã de 26 de abril, com o diretor-geral do Supremo Tribunal Federal (STF), Amarildo Vieira de Oliveira, com o objetivo de conseguir informações sobre o andamento do PL 6.613/2009. Amarildo Oliveira afirmou que o novo presidente do Supremo, ministro Ayres Brito, tem se esforçado para articular junto aos Poderes Executivo e Legislativo os caminhos políticos para a aprovação do projeto. Segundo o diretor do STF, são sinalizações desta retomada de negociação o convite aceito pela presidenta Dilma Rousseff para a posse do ministro, convite pessoal,



assim como a reunião que se faria na Comissão de Finanças e Tributação (CFT) da Câmara dos Deputados, agendada para a semana seguinte.

Para Amarildo Oliveira, o ministro Ayres Brito tem boa

Para Amarildo Vieira de Oliveira (foto), o ministro Ayres Brito tem boa articulação política e isto facilita a abertura de negociações. O diretor-geral do STF informou ainda que está fazendo estudos de cenários do PL 6.613, para viabilizar a negociação e que serão retomados os contatos com o Ministério do Planejamento.

articulação política e isto facilita a abertura de negociações. O diretor-geral informou ainda que está fazendo estudos de cenários do PL 6.613, para viabilizar a negociação e que serão retomados os contatos

com o Ministério do Planejamento.

Na avaliação de Roberto Ponciano, a curta reunião com o diretor-geral do STF serviu para confirmar a sinalização de que há a possibilidade concreta

e real de negociação do projeto, ainda este ano, com pagamento das parcelas a partir do ano que vem, desde que “trabalhemos com a mobilização da categoria, o lobby no Executivo e no Legislativo conjuntamente com a articulação pela cúpula feita pelo ministro Ayres Brito”.

“O cenário neste momento é mais favorável do que no ano passado, temos que aproveitar esta pequena mudança de quadro para retomar a luta pelo nosso PCS”, afirma Ponciano.

*Da Redação.

Seminário alerta para prejuízos que previdência complementar trará para servidores públicos

Aposentados Funpresp foi tema de debate promovido pelo Sisejufe no CCJF e na sede do sindicato

Max Leone*

O seminário “Previdência Complementar no Setor Público: Impactos da Implantação do Modelo” serviu de alerta para os problemas que os novos servidores vão enfrentar, entre outras situações, com a entrada em vigor do Projeto de Lei Complementar (PLC) 02/2012, antes PL 1.992/2007, que cria o Fundo de Previdência Complementar do Servidor Federal (Funpresp). Medida foi sancionada em 30 de abril sob forma da Lei 12.618/2012.

Em debate, também, uma consequência inevitável do Funpresp: a divisão do funcionalismo público federal em duas categorias de servidores. Organizado pelo Núcleo de Aposentados e Pensionistas do Sisejufe, o evento ocorreu na manhã de terça-feira, 24 de abril, no auditório do Centro Cultural Justiça Federal (CCJF). À tarde, um dos painelistas fez nova apresentação, desta vez na sede do Sisejufe.

Com a mediação da diretora do Sisejufe e coordenadora do Departamento Jurídico da entidade, Mariana Liria, o seminário teve as palestras do desembargador federal Marcelo Leonardo Tavares, diretor do Foro e corregedor permanente dos Serviços Auxiliares da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, e de Celso Malhani de Souza, vice-presidente do Sindicato dos Servidores Públicos da Administração Tributária do Estado do Rio Grande do Sul (Sindifisco/RS).

A tônica do primeiro painel foi jurídica, com viés técnico e análise da legislação previdenciária com foco da reforma de 2003 até o Funpresp. O segundo palestrante abordou a necessidade de mobilização dos servidores para se contraporem à proposta do governo federal de criar o Funpresp, mesmo muitos não gostando de falar de aposentadoria quando ainda estão na ativa. Tanto Leonardo Tavares quanto Celso Malhani



A diretora Lucilene Lima conversa com o painelista Celso Malhani – que falará sobre o Funpresp em entrevista especial na próxima edição de Ideias em Revista

de Souza deixaram bem claro aos participantes do seminário as consequências prejudiciais que resultarão da implementação do PLC 02.

À tarde, o vice-presidente do Sindicato dos Servidores Públicos da Administração Tributária do Estado do Rio Grande do Sul (Sindifisco/RS), Celso Malhani de Souza, fez nova apresentação sobre o tema na sede do Sisejufe – du-

rante a reunião do Núcleo de Aposentados e Pensionistas do Sisejufe, conduzida pela sua coordenadora Lucilene Lima. “O Funpresp elimina o conceito de solidariedade nas aposentadorias acima do limite do INSS e implanta o conceito de contas individuais de poupança. Estamos tratando aqui de um negócio ideológico, não técnico. Tudo é política. A pátria está distraída e daqui

a pouco não estaremos apenas crescendo a taxas chinesas, mas pedindo pensões provisórias aos filhos, como também acontece na China porque não teremos mais previdência social – tudo em prol do sistema financeiro”, afirmou Celso Malhani de Souza.

*Da Redação.

Colaborou Henri Figueiredo.

Sindicato promove Mesa Redonda sobre Educação Inclusiva

O Sisejufe promoveu, na noite de 11 de maio, a Mesa Redonda sobre a Formulação de Políticas de Educação de Crianças e Adolescentes sob a Perspectiva Inclusiva. Reuniram-se, na sede do sindicato, parlamentares autores de projetos de lei voltados para e a educação inclusiva e ativista da áreas que debateram, esclareceram dúvidas e ouviram pais, educadores e representantes de entidades e ONGs.

O evento foi coordenado pelo diretor sindical Mário César Pacheco que levou ao debate uma proposta de “Temas essenciais para formulação de política educacional para crianças e adolescentes com deficiência” – que resulta de discussão social de mais de três anos ocorrida em participação de diversos fóruns, audiências públicas no

Ministério Público Estadual, na Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro, na Assembleia Legislativa, no Conselho Municipal de Defesa da Criança e do Adolescente do RJ (CMDCA), e é encampada pelo Movimento pela Inclusão Legal e Responsável (MIL), pela ONG Semente do Amanhã e pela ONG Guerreiros da Inclusão.

Tal proposta também encontra-se em discussão no Grupo de Trabalho para Formulação de Política educacional para crianças e adolescentes com deficiência no CMDCA (GT-POLDEF/CMDCA) e está em análise no Núcleo de Pessoas com Deficiência do Sisejufe para apresentação de proposta/posição final do Núcleo sobre

o tema. O Sisejufe conta há vários anos com o Núcleo de Pessoas com Deficiência e tem acompanhado a discussão sobre a Inclusão de Crianças com Deficiência nas escolas municipais do Rio de Janeiro. Num esforço para compor uma mesa plural e representativa, o Sisejufe convidou para o debate autoridades públicas, vereadores,

acadêmicos e representantes da sociedade civil e instituições de educação especial e conta, principalmente, com a presença de cada filiado e filiada, além de todos os interessados nesse importante tema.

*Da Redação com informações da Assessoria de Núcleos.



Debate contou com cerca de 40 presentes entre parlamentares, professores, pais, ativistas e representantes de ONGs

Para além das divergências de campos

Movimento Sindical

17ª Plenária da Fenajufe aprovou por ampla maioria plano de lutas de 2012

Fotos: Henri Figueiredo

Henri Figueiredo*

Quando as delegações de todo o Brasil, na 17ª Plenária Nacional da Fenajufe aprovaram, na tarde de domingo, 6 de maio, o calendário de lutas com indicativo de greve por tempo indeterminado, um hóspede desavisado do hotel onde se deu o encontro poderia achar que as discussões, enfim, teriam acabado. Ledo engano: a luta estava recomençando, depois de mais de dois anos de intensa mobilização pela aprovação do Projeto de Lei 6.613/2009. Foram três dias de intensos debates, disputas voto a voto e até um inusitado empate em 74 votos – duas propostas de resolução diferentes, de acordo com o regimento da Plenária, foram então consideradas aprovadas. Num clima de ativa militância e esperança para muitos e de alguma insatisfação e desânimo para outros, 164 delegadas e delegados e 51 observadoras e observadores (números da Fenajufe) estiveram praticamente confinados das 9h às 21h entre debates de conjuntura, encontros políticos, articulações de campos sindicais, telefonemas para as bases e muita, muita conversa antes de cada nova votação.

Os servidores do Judiciário Federal do Rio de Janeiro foram representados por 13 delegados eleitos em assembleia realizada no dia 17 de abril e cinco observadores – estes sem direito a voto. Embora alguns estados tenham destacado as dificuldades após o movimento grevista deflagrado no ano passado, em função, em grande medida, das retaliações promovidas por vários tribunais contra os servidores que participaram do movimento, os representantes dos sindicatos avaliaram, na 17ª Plenária, que era fundamental retomar a greve ainda neste semestre, considerando que este é um ano eleitoral e que os trabalhos do Congresso ficam prejudicados a partir do segundo semestre. Em alguns estados, servidores estão compensando horas, mas todos foram unânicos sobre a necessidade de retomada da paralisação para forçar a aprovação do PCS.

*Da Redação.

Polarização ideológica tradicional entre as centrais sindicais CUT e Conlutas durante o encontro de São Luís (MA), nos dias 4, 5 e 6 de maio, gerou polêmicas, politizou o debate mas não tirou o foco da categoria na luta pelo quarto Plano de Cargos e Salários



VALTER NOGUEIRA ALVES

“Infelizmente nós trabalhamos no Poder mais retrógrado da República. Tudo o que ministro Joaquim Barbosa disse na entrevista em que respondeu ao ex-presidente do STF Cezar Peluso é verdade. E também a lógica do Executivo é não dar reajuste nenhum – esse governo já disse ao que veio. Mas não podemos nos enganar: dentro da categoria também temos nossos inimigos – quem não lembra o que houve no ano passado? Nós não podemos fazer alianças pontuais apenas porque algum objetivo nosso está em jogo. Nossa categoria decidiu que quer o PCS e nenhuma outra forma de remuneração. Vamos, portanto, derrotar o governo e arrancar o reajuste!”

MARIANA LIRIA

“Nosso discurso no Sisejufe, no Rio de Janeiro, é combativo, crítico, aguerrido. Temos diversas linhas de pensamento representadas dentro do sindicato, há muitos companheiros independentes e somos combativos quanto ao governo Dilma, que tem nos enrolado. Por isso, precisamos acabar com essa luta fratricida dentro da Fenajufe e dirigir esforços para alcançar a aprovação do PCS já!”

EDSON MOUTA

“Não é possível que as forças políticas representadas nessa plenária, a CUT, a CTB, a Luta Fenajufe/Conlutas, concordem sobre a urgência do PCS e não se unam em relação ao projeto. É preciso unificar esforços em relação ao PCS, é preciso unidade!”



DULAVIM DE OLIVEIRA LIMA JUNIOR

“A categoria está de saco cheio. A categoria quer o PCS com a CUT, sem a CUT, apesar da CUT. Com a Conlutas, sem a Conlutas, apesar da Conlutas. É PCS já!”



Assessora política do Sisejufe é painelista em mesa de conjuntura



Vera Miranda: “É preciso perceber que não lutamos entre nós. Lutamos contra o poder econômico”

Organizar os trabalhadores do serviço público e construir um calendário de luta para o próximo período foi a tônica do painel de Conjuntura, na noite de 4 de maio. A primeira painelista a abordar o tema foi a engenheira especialista em Gestão Pública Vera Miranda, ex-dirigente da Fasubra Sindical e atual assessora política do Sisejufe. Fazendo uma análise dos efeitos da crise do neoliberalismo, a assessora sindical afirmou que os Estados adotam medidas que têm como principais alvo os trabalhadores. “A crise, que começou centrada na Europa, já se espalha para outros países e obriga o Estado a pagar a conta, retirando direitos dos trabalhadores. Os efeitos podem ser vistos na Grécia e em Portugal, sendo que neste último os trabalhadores tiveram em torno de 20% na redução dos seus salários. E aqui no Brasil se não nos armarmos, enfrentaremos esses mesmos ataques”, avaliou.

Em relação aos trabalhadores do serviço público, Vera Miranda avalia que o atual governo optou por políticas conservadoras, que ameaçam os direitos do funcionalismo. Na avaliação da assessora sindical, para superar esse programa, os trabalhadores precisam definir ações unificadas e disputar o

“projeto de Estado, as estruturas”. “Não podemos lutar apenas por um PCS e sim por um plano de carreira; precisamos construir plataformas de lutas claras, permanentes. O debate, por exemplo, da negociação coletiva é fundamental. A crise dos rentistas, do capital, não é a nossa crise. Não vamos pagar a conta, mas sem organização agora seremos engolidos” afirmou Vera, que citou como desafios prioritários da categoria no momento a luta contra uma nova reforma da previdência, já iniciada com a aprovação dos fundos de pensão, a exigência da regulamentação da negociação coletiva no serviço público e a aprovação do PL 6.613/2009.

De acordo com Vera Miranda, é importante a categoria do Judiciário entender que é preciso antecipar as ações, propor o que se quer. “Queremos democratizar o Estado. Queremos um Judiciário internamente democrático e isso passa, necessariamente, pela valorização do servidor. Agora, para isso é preciso que se pense um movimento unificado que extrapole a Fenajufe, que dialogue com a sociedade. É preciso perceber que não lutamos entre nós. Lutamos contra o poder econômico e o capital”, expôs.

*Da Redação.

Veja quem foram os representantes do Rio na 17ª Plenária

DELEGADOS(AS)

1. Roberto Ponciano Gomes de Souza Júnior (JF/Rio Branco)
2. Ronaldo Almeida das Virgens (TRF)
3. Mariana Ornelas de Araújo Goés Liria (JF/São João de Meriti)
4. Ricardo de Azevedo Soares (JF/Almirante Barroso)
5. Willians Faustino de Alvarenga (TRT)
6. Lucilene Lima Araújo de Jesus - Delegada de Direção Sindical (Aposentada/TRT)
7. Edson Mouta Vasconcelos (TRF)
8. Adriana Aparecida Tangerino Otero (TRE)

9. Marcus Vinícius Soares Monteiro (TRE)
10. Soraia Garcia Marca (TRF)
11. Sérgio da Silva Feitosa (TRT)
12. Leandro Adena Amorim (JF/Venezuela)
13. Leonardo Couto Chueri (TRE)

OBSERVADORES

1. Dulavim de Oliveira Lima Júnior (JF/ Almirante Barroso)
2. Olker Guimarães Pestana (Aposentado – JF/Campos)
3. José Fonseca dos Santos (TRF)
4. Carlos Eduardo Nani (JF/ Rio Branco)
5. Gilbert de Azevedo Silva (JF/Venezuela)

Três dias após a 17ª Plenária, Sisejufe organizou assembleia para debater resoluções, dar informes e debater calendário de lutas

Henri Figueiredo*

Apenas três dias após a volta de São Luís (MA), os diretores do Sisejufe e muitos dos delegados e delegados do Rio de Janeiro à 17ª Plenária da Fenajufe estavam novamente na rua, em frente ao TRE Sede, em assembleia convocada pelo sindicato. Cerca de 40 servidores e servidoras acompanharam os discursos, a partir das 15h de 9 de maio. Na segunda-feira, anterior, 7 de maio, o procurador-geral, Roberto Gurgel, defendera que STF fizesse “apelo” por reajuste no Judiciário e deu parecer favorável à ação na qual Sisejufe é *amicus curiae*, reforçando a luta pelo PL 6613 neste momento de retomada de mobilização. Como resultado, já na terça-feira, 8, a ministra do Planejamento, Miriam Belchior admitia negociar PL 6.613 dizendo que os servidores do Judiciário poderiam ter o reajuste em 2013, depois de ter participado de reunião na Comissão



Ricardo: Greve é inevitável e o tempo corre contra nós

Mista de Orçamento para discutir as diretrizes dos gastos públicos. Na assembleia do TRE, esses fatos foram discutidos e foi detalhado o calendário de luta decidido em São Luís (MA).

Com um discurso bastante assertivo em relação ao comportamento da oposição sindical do Rio de Janeiro em momentos de greve e durante a 17ª Plenária da Fenajufe, o diretor sindical Ricardo de Azevedo Soares lembrou a proposta apresentada pelos representantes da oposição, de fazer greves de 72 horas, que teve apenas 2 votos contra todo o restante dos delegados presentes. “A oposição foi irresponsável ao propor 3 dias de greve em cada mês, e ainda mais durante o recesso parlamentar. Ficaram isolados até no campo político deles no âmbito nacional. A greve é inevitável, vai ter que acontecer e é um processo a ser trabalhado assembleia a assembleia, ato a ato. Para isso temos cerca de 60 dias e

temos o tempo correndo contra nós”, discursou Ricardo.

O diretor sindical Edson Mouta, que também integrou a delegação do Rio na 17ª Plenária da Fenajufe, foi incisivo: “Este sindicato apoia tudo o que soma, tudo o que constrói. É difícil mesmo mobilizar a categoria. Agora, não adianta vender discursos de facilidades. A unidade que venho pregando é parar com essa palhaçada de CUT e Conlutas – o que a categoria quer é o PCS!”

Em seguida, o servidor do TRE Leo Couto, que também foi a São Luís (MA) discursou. “Eu sou Oposição Rio sem nenhuma vergonha. O principal problema da categoria é o governo Dilma e o seu grupo, e o PT. Compreendemos que o Rio está desmobilizado. Nós solicitamos ônibus, faixas etc. Que não foram feitas, por exemplo. Temos ideias diferentes, isso são disputas de ideias. Então, percebemos que havia uma grande desmobilização no Rio porque a categoria não teve os recursos que solicitou e frente ao que se viu pegou ‘cansaço’. Na Plenária, nós propomos uma greve de 72 horas, em maio, junho e julho, para avaliarmos nossas forças e sequer tivemos direito à defesa de nossa tese – o que foi um pequeno erro da mesa”, explicou Leo Couto.

Inscrito na sequência, o diretor sindical Roberto Ponciano procurou responder as críticas item a item. “Quem é contra bandeira é macartista. Tragam suas bandeiras para a luta. Acredito que os companheiros têm de se assumir. Lá na Plenária, em São Luís, usam camisetas da Luta Fenajufe, ligada a Conlutas, aqui não se assumem. Unidade se faz na prática: pra greve a gente vai ou não vai. É curioso que vivem cobrando que a CUT tem que fazer greve, nós fazemos! Aí quando levamos bandeira, a bandeira não pode estar lá? Temos que esconder? Preciso dizer que a eleição para a direção do sindicato é apenas em 2014. O que está em jogo aqui é o PCS. Alguns companheiros



Leo: O principal problema da categoria é o governo Dilma e o PT

da oposição passam mais tempo falando mal da direção sindical do que lutando pelo PCS. Dizer que não houve recursos para fazer greve e mobilização não é sério! Disponibilizamos faixa e ônibus, não houve mobilização de quem solicitou para lotar os ônibus. Daqui a pouco vão dizer que não houve greve porque não teve uma faixa de cor amarela! Eu espero que independentemente da cor da bandeira, da faixa, todos façam greve. Que tragam a bandeira que quiserem. Eu quero mais é ver as bandeiras da Conlutas na greve com a gente – só que não aparecem.”

Finalizando a assembleia, o diretor-presidente do Sisejufe Valter Nogueira Alves, também coordenador executivo da Fenajufe, fez uma avaliação do momento pela qual passa a luta da categoria. “Greve é extremamente difícil de se fazer. No TRE, por exemplo, quase todos os servidores têm função comissionada – é claro que todos podem e devem fazer greve, mas não é fácil. O Poder Judiciário está de joelhos frente ao Executivo em função da sistemática de escolha dos ministros. Quanto ao Legislativo nem se fala – a base que o governo tem só existe para aprovar a agenda antisocial”, pontuou Valter.

Para o dirigente sindical, a política do governo federal é nociva aos interesses da categoria judiciária. Em relação à Justiça Eleitoral, Valter analisa: “Temos gargalos que temos que enfrentar. Por exemplo, quando pedimos horas extras para fazer eleição. Ora, quando ameaçamos boicotar o calendário eleitoral, isso não se coaduna com hora extra! Temos que ousar! Senão vamos continuar com a mesma lógica”.

*Da Redação.



Valter: Judiciário está de joelhos frente ao Executivo

Para ser mais do que um trabalhador

Saúde Jornada Sisejufe de Saúde, Condições e Relações de Trabalho propõe debate cada vez mais importante

Henri Figueiredo*

A Jornada Sisejufe de Saúde, Condições e Relações de Trabalho surgiu da necessidade de discutir, formular e articular ações que aprofundem estes debates entre os servidores e servidoras do Judiciário Federal em especial após a implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJE) e com seu impacto na saúde dos trabalhadores em função da sobrecarga de trabalho.

O PJE foi deflagrado sem nenhuma preocupação com o impacto na saúde dos servidores. Não há na Lei 11.419/2006 ou nas resoluções dos órgãos sobre a implantação do PJE nenhum estudo, levantamento ou avaliação das condições necessárias para sua implantação, a fim de garantir a integridade física e mental dos servidores, conforme determina a Norma Regulamentadora (NR) 17, do Ministério do Trabalho e Emprego para os trabalhadores em entrada de dados.

Os relatos de todos os estados da Federação de casos de assédio, adoecimento físico e mental de nossa categoria, e pesquisas como a do Sintrajufe-RS, em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), realizada em 2008 e finalizada em 2010, demonstra um agravamento importante nas condições de saúde dos servidores submetidos a essa transformação de sua organização do trabalho e orienta como pontos fundamentais para estancar o adoecimento físico e mental as pausas na jornada (conforme a NR 17) e a redução da jornada, além de uma série de melhorias no programa e na organização do trabalho.

Além das condições de saúde, tem sido uma preocupação constante das entidades os casos de péssimas condições de trabalho em que se encontram servidores da categoria judiciária. Os diversos casos

tratados no Sisejufe ao longo dos últimos anos no judiciário fluminense demonstraram a existência de condições insalubres de diversos prédios, ausência de observação dos fatores ergonômicos e mesmo falta de infraestrutura para o bom funcionamento dos prédios, levando servidores e usuários a condições de risco e estresse.

O Sisejufe é o sindicato pioneiro no Judiciário Federal a levantar a bandeira da redução da jornada de trabalho – em julho de 2008, o Sisejufe sediou o 1º Encontro Nacional da Fenajufe sobre Jornada de 6 horas diárias. Em 2004, o Sisejufe sediou o 1º Encontro Estadual sobre Redução de Jornada de Trabalho aberto a todo o sindicalismo do estado do Rio de Janeiro. Na 17ª Plenária Nacional da Fenajufe, dias 4, 5 e 6 de maio deste ano, em São Luís (MA), apresentou uma publicação especial sobre o tema da redução da jornada às delegações de todo o país e voltou a tencionar junto à Federação a instalação de uma comissão permanente para tratar do tema. A pauta da Redução de Jornada de Trabalho sem redução de vencimentos volta com mais força ainda em função da demonstração de uma sobrecarga insustentável de trabalho e achados de patologias osteomusculares e sofrimento mental, explicitados na pesquisa de saúde realizada nos gabinetes do TRT da 4ª Região e que é espelho de outros tribunais.

Mais do que mapear as péssimas condições de trabalho ou identificar o grau de adoecimento da categoria, a Jornada de Saúde Condições e Relações de Trabalho, busca construir ações que mudem a realidade da categoria e avance na perspectiva de estabelecer o debate da saúde e da qualidade de vida do trabalhador do judiciário em lugar de destaque nas lutas da categoria.

*Com informações da Assessoria Política.



Rogério Dornelles, um dos convidados da Jornada Sisejufe de Saúde, Condições e Relações de Trabalho, é médico do trabalho na Fundação CEEE no Rio Grande do Sul, assessor de Saúde do Sintrajufe-RS e foi um dos criadores da cartilha sobre Assédio Moral da Fenajufe. Dr. Rogério Dornelles esteve presente, em 2008, no 1º Seminário Nacional da Fenajufe sobre Redução da Jornada de Trabalho, sediado no Sisejufe. Recentemente, em São Luís (MA), foi painelistista durante da 17ª Plenária da Federação, ocasião em que concedeu a seguinte entrevista ao Contraponto

Contraponto – **Daquela luta de 4 anos atrás, quando acreditávamos que os servidores federais iriam encampar a luta pela redução da jornada de trabalho de modo efetivo, o que mudou?**

Dr. Rogério Dornelles – Há uma questão específica no Judiciário que é a implementação da informatização judicial que transforma os processos físicos em processos eletrônicos e isso tem um impacto muito grande na jornada de

trabalho. Mesmo quando estamos em pesquisa e perguntamos aos servidores sobre a redução da jornada, ouvimos: “Como reduzir? Eu não estou dando conta do meu trabalho com a jornada atual!” Então, a primeira questão é o aumento da carga de trabalho proporcionada pelo processo eletrônico – o que é uma contradição porque foi vendido como algo que reduziria o trabalho. Junto disso existe o fato de que a redução da

jornada jamais será algo que poderá ser conseguido apenas por uma categoria de trabalhadores. Uma das pesquisas que fizemos no Judiciário mostrou, por exemplo, que houve um aumento de 104% de aumento de processos para um acréscimo de apenas 34% do efetivo de trabalhadores. Na indústria automobilística, por exemplo, em 1980, havia 136 mil trabalhadores empregados para uma produção de 1 milhão de veículos.

“Quando eu era criança, boa parte das pessoas fazia algo diferente, principalmente tocava algum instrumento musical. Hoje quase não se vê mais isso. Basicamente as pessoas trabalham e vão descansar para trabalhar mais. A redução da jornada também atende a essa questão – a de que sejamos seres humanos completos e não apenas trabalhadores, o que é um absurdo: nós queremos mais coisas na vida!”

JORNADA SISEJUFÉ DE SAÚDE, CONDIÇÕES E RELAÇÕES DE TRABALHO

Quinta-feira, 31 de maio de 2012, de 9h às 21h



Programação

13h30 às 18h

Cinema do Centro Cultural Justiça Federal (CCJF) – Av. Rio Branco 241 (Cinelândia)
Seminário de Saúde do Trabalho e Redução de Jornada (com três mesas)

Mesa de Abertura

13h30 às 14h

Coordenação do Departamento de Saúde do Sisejufe
Representação da Direção da Fenajufe
Representação do Grupo de Trabalho da Fenajufe

Mesa 1

14h às 15h

Impactos do Processo Eletrônico na Saúde do Servidor – Teletrabalho

Palestrante
Dr. Rogério Dorneles – Médico do Trabalho

Coordenação da Mesa:
Helena Cruz – Coordenação do Departamento de Saúde do Sisejufe

Mesa 2

15h10 às 16h20

Implantação do Processo Eletrônico – Experiência do Sintrajufe/RS e desdobramentos. SIASS – Aspectos da implantação no Judiciário

Palestrante

Mara Rejane Weber – Coordenadora do Departamento de Saúde do Sintrajufe/RS

Coordenação da Mesa
Roberto Ponciano – Diretor do Sisejufe

Pausa para o café
10 minutos

Mesa 3

16h30 às 17h40

Redução da Jornada de Trabalho

Palestrantes

Roberto Ponciano
Bacharel em Direito e Letras. Mestre em Filosofia com Especialização na Área de Ética com a dissertação: “Para uma ética do dever em Marx”. Diretor de Imprensa do Sisejufe e Secretário de Formação Política da CUT/RJ, articula o movimento nacional da Fenajufe pela Redução da Jornada de Trabalho.

Dr. Rogério Dorneles

Médico do Trabalho na Fundação CEEE, assessor do Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre e Canoas e assessor de Saúde do Sintrajufe/RS.

Coordenação da Mesa:
Mara Weber – Diretora do Sintrajufe/RS

17h40 às 18h

Encerramento das mesas pela coordenação do evento

19h às 20h

LANÇAMENTO DA CAMPANHA DO SISEJUFÉ: PAUSA DE 10 MINUTOS

Foyer da Sala de Sessões do CCJF

Coordenação: Diretoria do Sisejufe

Apresentação das peças da campanha com distribuição e distribuição do material.

20h às 21h

Coquetel de encerramento da Jornada Fenajufe de Saúde, Condições e Relações de Trabalho
Foyer da Sala de Sessões do CCJF

Hoje há 135 mil para uma produção de 3 milhões veículos. Isso mostra o que a informatização conseguiu fazer dentro da produção. A informatização, então, aumentou muito a produtividade e esse aumento de produção com número idêntico de trabalhadores e isso significa intensificação de trabalho. Nesse contexto, não se tem alternativa – e por isso é uma bandeira estratégica – para se proteger a saúde das pessoas que não seja reduzir a jornada de trabalho. Mas é uma questão de tempo, isso tem que pertencer ao íntimo das pessoas. As pessoas precisam notar que estão trabalhando demais e que o trabalho está agredindo a saúde delas e elas precisam reduzir essa quantidade de trabalho para aí sim proteger sua saúde.

Contraponto – **Vemos se reproduzir muito o discurso, às vezes constrangido, de que a redução da jornada de trabalho também servirá para que o servidor use o tempo para aprimorar sua qualificação profissional.**

Dr. Rogério Dornelles – Há vários elementos.

Acho que a qualificação é um deles. Mas não precisa ser para prestar trabalho. Observamos que a maioria dos nossos trabalhadores no Brasil tem baixo nível de escolaridade formal, isso tem que ser aumentado. Isso é uma questão importante para a redução da jornada porque é humanamente impossível acordar às 5h, trabalhar até às 17h e depois ir estudar até as 23h. Isso acaba debilitando a pessoa e desqualificando o ensino. No caso dos servidores do Judiciário Federal, acredito que a redução da jornada traga o elemento principal de proteção da saúde das pessoas. Esta é a questão central. Quando eu era criança, boa parte das pessoas fazia algo diferente, principalmente tocava algum instrumento musical. Hoje quase não se vê mais isso. Basicamente as pessoas trabalham e vão descansar para trabalhar mais. A redução da jornada também atende a essa questão – a de que sejamos seres humanos completos e não apenas trabalhadores, o que é um absurdo: nós queremos mais coisas na vida!

Mais de 300 servidores participam do 1º Happy Hour do Sisejufe

Festa Banda Anjos da Noite o pessoal servidores com repertório eclético e dançante na avenida Rio Branco

Foto: Tatiana Lima



Foto: Tatiana Lima

Foto: Henri Figueiredo

Promovido pelo Departamento de Cultura do sindicato, o 1º Happy Hour do Sisejufe fez sucesso. Mais de 300 servidores e servidoras participaram da festa que ocorreu na sexta-feira, 27 de abril, a partir das 20h, na Associação dos Empregados do Comércio, na avenida Rio Branco, no Centro do Rio. A atração foi a banda Anjos da Noite que, com um repertório variado – sucessos das décadas de 70, 80 e 90, axé, sertanejo e muito pop – pôs diferentes gerações de servidores e servidoras do Judiciário Federal para dançar e suar a valer. O Happy Hour foi o primeiro evento elaborado pela nova gestão do Departamento de Cultura, que tem como proposta à diversificação de temas e estilos para agregar servidores de todas as faixas etárias.

“O evento foi muito positivo, pois tivemos um público bem heterogêneo dentro da proposta da festa. Sinceramente, fiquei muito feliz ao ver todos de pé acompanhando a banda e dançando muito durante o show. Nossa ideia era trazer desde os sindicalizados mais jovens aos aposentados e cumprimos nossa meta”, avaliou o coordenador do Departamento de Cultura do Sisejufe, Adriano Nunes dos Santos.

Um dos momentos de maior delírio – em especial do público feminino – foi quando rapazes e cantores da banda se vestiram – ou despiram – a caráter como o grupo Village People para cantar os sucessos “Macho Man” e “YMCA”. Variando do sertanejo até Black Eyed Peas, de covers de Lady Gaga até Cláudia Leite, Jammil e Ivete Sangalo, os Anjos da Noite não deixaram ninguém parado.



Foto: Tatiana Lima



Foto: Henri Figueiredo



Foto: Tatiana Lima

Foto: Tatiana Lima



Foto: Tatiana Lima



Foto: Henri Figueiredo

Foto: Tatiana Lima



Foto: Henri Figueiredo



Seminário LGBT aborda visibilidade e mundo do trabalho

Livre Orientação Sexual Ciclo de debates organizado pelo Sisejufe com a CUT e o Sindicato dos Bancários, aconteceu de 8 a 10 de maio

Foto: Nando Neves/Sindicato dos Bancários-RJ

A sexualidade humana foi tema central, na terça-feira, 8 de maio, no auditório do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro, na abertura do ciclo de debates sobre a visibilidade LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros) no mundo do trabalho. A palestra ficou a cargo da psicanalista Silvia Alexim Nunes, autora de diversos livros, pesquisadora do Grupo Epos e do Instituto de Medicina Social da Uerj.

Silvia Nunes centrou sua palestra na visão freudiana da sexualidade, traçando um histórico sobre a evolução teórica das diversas abordagens científicas da sexualidade. Destacou as contradições da visão anterior ao século XX, desde Aristóteles, até os estudos de Freud – que abrem espaço para a compreensão da diversidade sexual.

Prazer não é pecado

É a noção freudiana da pulsão, emaranhado de impulsos psíquicos que se manifestam desde a infância até a velhice (desejo) que vai possibilitar o

entendimento do prazer e do gozo como atributos naturais e intrínsecos à sexualidade humana.

A psicanálise rompe com a velha concepção “biologizante” da perversão sexual – todo comportamento sexual não destinado à reprodução – e com a associação religiosa de que o prazer e o gozo constituem pecado, pensamento que predomina na Idade Média e segue até o século XIX.

A psicanálise adota a fantasia como sua matéria prima e trabalha as diversas formas da sexualidade buscando indicar novas direções para o comportamento sexual, apresentando noções novas como o erotismo na infância mediante o conceito de pulsão e sua pluralidade – o olhar, a audição, o olfato, o tato – que existe no indivíduo desde sempre, quer dizer, o desejo. A psicanálise, ao contrário da noção aristotélica que predominou até o século XVII – em que o sexo era um só, o masculino, sendo a mulher um



Roberto Ponciano, à esquerda, ao lado da psicanalista Silvia Nunes, do Instituto de Medicina Social da Uerj

homem invertido e inferior – preconiza a diferença entre os sexos, valoriza sua essência na relação com o outro.

Psicanálise e movimentos sociais

Silvia Nunes assinalou ainda a importância da contribuição dos movimentos sociais para a evolução da psicanálise. Ela observou que Freud datou suas noções, estando algumas delas superadas atualmente. “O movimento feminista fez avançar o pensamento psicanalítico”, afirmou, considerando que essa influência é necessária e que deve continuar.

Respondendo a questões do auditório, Silvia Nunes afirmou que a heterossexualidade foi um modelo bem adequado aos objetivos da ordem burguesa – uma necessidade política estudada pelo filósofo francês Michel Foucault – diante a necessidade de pessoas saudáveis para o trabalho, corpos produtivos e reprodutivos, em contradição com o conceito de prazer e gozo.

Transmissão ao vivo

Os debates tiveram participação do deputado federal Jean Wyllys (PSOL-RJ), que informou o andamento no Congresso Nacional das reivindicações do movimento LGBT que propõe a criminalização da homofobia. Gay notório, Wyllys é um dos ativos defensores do Projeto de Lei 122 – que prevê penas de até 5 anos de reclusão para quem criticar publicamente a homossexualidade, seja qual for a razão.

“Diante da resistência que ainda existe, especialmente no mundo do trabalho, em relação às orientações sexuais LGBT, considero da maior importância o encontro ocorrido”, disse o diretor do Sindicato dos Bancários, da Contraf e do Coletivo LGBT da CUT/RJ, Adilson Barros. Para o diretor do Sisejufe Roberto Ponciano, organizar o seminário significou fechar com chave de ouro sua gestão à frente da Secretaria de Formação da CUT-Rio: “É fundamental que o movimento sindical invista em eventos contra o preconceito, que puguem a visibilidade das diferenças e que sejam contrários a quaisquer formas de discriminação”.

Fonte: Imprensa do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro/Imprensa Sisejufe.



TRT do Rio é condenado por assédio moral contra servidor

Max Leone*

O servidor do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) do Rio David Batista Cordeiro da Silva saiu vitorioso na luta contra o assédio moral. A juíza federal substituta do 3º Juizado Especial Federal, Márcia Maria Ferreira das Silva, condenou a União a indenizá-lo por danos morais devido a prática de perseguição política por parte da administração do TRT da 1ª Região. David chegou a ser removido para Itaguaí, em função de suas atividades sindicais. A sentença da juíza determina que seja feito pagamento de R\$ 20 mil, corrigidos monetariamente e acrescido de juros de mora de 0,5% a contar de 24 de agosto de 2010.

A juíza considerou que “a narrativa do autor, os documentos juntados aos autos e a farta prova testemunhal produzida demonstram que o autor foi vítima da odiosa prática conhecida como assédio moral”. Segundo escreveu a juíza em um trecho da sentença, “a prática do assédio moral é uma clara violação ao princípio da dignidade da pessoa humana e consequente prejudicialidade da saúde do trabalhador”.

“Além da reparação cível, ainda movi uma representação criminal contra a principal responsável pela remoção, a ex-secretária-geral da Presidência, senhora Yeda Maria Ferreira Vergara. Em março de 2011, o Ministério Público Federal mandou a Polícia Federal abrir um

inquérito para apurar a possível prática de crime de ameaça (art. 147 do CP) e Abuso de Autoridade (Art.3º alíneas “d” e “h” da Lei 4.898\1965). O inquérito tomou o número 819\2011 e está registrado na 4ª Vara Federal da Capital”, afirma David Cordeiro.

O início da série de acontecimentos vitimando o servidor lotado no TRT da Lavradio deu-se com a realização pelo próprio tribunal de um seminário sobre o direito de greve, que contou com a participação de representantes da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Naquela ocasião, o Sisejufe distribuiu panfletos relatando situações criadas pelo tribunal contra a livre organiza-

ção sindical de seus servidores. Na ocasião, a então secretária da Presidência, Yeda Maria Ferreira Vergara, atribuiu a autoria do panfleto ao servidor David Batista Cordeiro e, nas palavras da juíza Federal Márcia Maria Ferreira da Silva, “conforme restou comprovado pelos depoimentos colhidos por ocasião da AIJ, passou a persegui-lo. Em seguida, o servidor demandante foi colocado à disposição e removido de ofício para a VT de Itaboraí, apesar de estar resguardado pela inamovibilidade pela sua atividade de representante sindical”.

“De qualquer sorte, a condenação do TRT por assédio moral é um marco significativo, pois

signaliza ao administrador e a seus prepostos que as relações de trabalho devem ser mediadas não só pela urbanidade e cortesia, mas também pelo tratamento isonômico, imparcial, não discriminatório, impessoal. O assédio moral nas relações de trabalho tem-se revelado mais frequente do que podemos supor. A dificuldade reside exatamente em sua comprovação. Mas essa vitória do David servirá de exemplo para outros casos não aconteçam”, avalia o diretor do Sisejufe Willians Faustino, também servidor do TRT e que foi uma das testemunhas do processo contra o tribunal.

*Da Redação.

“A música é vida e a canção vem da vida”

Prata da Casa Servidora da 150ª ZE, a chefe de cartório Lena Ganthos solta a voz no grupo Samba de Lara

Max Leone*

O interesse pela música vem desde bem cedo. Logo aos cinco anos de idade, ela já transpirava musicalidade e tirava os primeiros acordes no piano clássico. Incentivada pela mãe, dona Violeta Ghanthous, a hoje servidora do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Rio Helena Abdounur, de 51 anos, divide suas atenções entre as atribuições da chefia de cartório da 150ª Zona Eleitoral (ZE), em Mesquita, e a paixão pela música. Na verdade, ao se referir a servidora Helena Abdounur, muitos vão dizer que não a conhecem. Na verdade, estamos falando de Lena Ganthos, esta sim conhecida de muitos dentro e fora do TRE, por sua carreira musical. Atualmente, ela canta no grupo Samba de Lara, que também conta com a participação de Rafael Viana, outro servido do tribunal.

“Meu nome artístico é uma homenagem à minha mãe, que me apresentou a música. Devo isso à ela”, derrete-se a chefe de cartório da 150ª ZE ao falar de dona Violeta.

A vocação musical foi se consolidando na vida de Lena ao herdar um violão do irmão mais velho para, em seguida, aprender a tirar as melodias do instrumento com um primo. Ela ressalta a importância da influência familiar na sua carreira musical. “Todos eles foram importantes para mim. Trago isso sempre comigo”, afirma a servidora.

Lena Ganthos é mais uma personagem que o Projeto Prata da Casa apresenta ao funciona-



Apesar dos percalços da vida de músico no Brasil, Lena não desiste do sonho de levar sua carreira a diante

Fotos: Divulgação

lismo do Judiciário Federal do Rio. Iniciativa do Departamento de Formação, Cultura, Esporte e Lazer do Sisejufe tem por objetivo descobrir, divulgar e dar espaço a servidores e servidoras que possuam talentos artísticos e literários fora da repartição do serviço público.

Apesar dos percalços da vida de músico no Brasil, Lena não desiste do sonho de levar sua carreira a diante. “É preciso gostar muito da música. Mesmo assim, continuo estudando independentemente de ‘acontecer’ na música. Um dia sei que vai acabar ‘acontecendo’”. As oportunidades estão aparecendo. Estou com uma produtora, a Angela Feingold, também conhecida como Baronesa, lá de Saquarema. E vamos

trabalhar. Acho que agora vai”, diz ela, convicta e animada.

Enquanto isso, a servidora faz suas apresentações juntamente com pessoal do Samba de Lara. “Conheci o Rafael, que também já deu entrevista para vocês, no TRE. Acabei pedindo para ele me produzir e ele me acolheu no Samba de Lara. Assim começou uma amizade”, lembra a chefe de cartário que está no TRE desde 2005.

Com o Samba de Lara, ela, Rafael Viana (cavaquinho), Reinaldo ‘Pagodinho’ (surdo) e Augusto Vivas (pandeiro) levam samba, xote, baião, entre outros estilos. Mas Lena não gosta de ser rotulada. “Já toquei blues, agora samba. Mas o que eu gosto mesmo é de brincar com a música”. ressalta, mas ela mesma se define: “Sou cantora e compositora de MPB e gostaria de divulgar minhas canções”.

Ela diz que sua fonte de inspiração para as músicas é o cotidiano das pessoas. Mas fala com especial atenção de um sentimento: a dor. “A pessoa que está chorado me comove. A dor me faz compor. Choro com a dor de quem está sofrendo. A música é vida e a canção vem da vida”, filosofa, apontando que essas aspas poderiam ser inspiração para uma nova composição.



“Mergulho em piscina vazia”

No fim da década de 90, Lena Ganthos chegou a deixar o serviço público para investir na carreira musical. Aproveitou o Plano de Demissão Voluntária (PDV) que aconteceu no governo Fernando Henrique Cardoso, em 1998, saiu da Receita Federal, onde exercia a função de técnica da Receita, e partiu para gravar um CD. Na época cantava em uma banda de blues. “Foi um mergulho numa piscina sem água. Acabei não me dando bem. Aí, resolvi fazer concurso novamente e passei para o

TRE em 2001 e fui chamada em 2005”, relembra ela, que também utiliza as redes sociais para divulgar seu trabalho. (Veja no Facebook Lena Ganthos - Helena Abdounur).

Lena também reconhece a dificuldade de conciliar o serviço público com a atividade artística. Mas garante que uma não atrapalha a outra. “Aprendi a separar as duas coisas. Faço a distinção bem clara. Lá no TRE, é preciso ter muita concentração na análise das leis. Mas me decido às duas atividades com afinco”, explica. (Max Leone)



Descoberta de Talentos – Se você é servidor do Judiciário Federal do Rio e tem veia artística, seja em que área for, e quer um espaço para ver seu trabalho divulgado, entre em contato com o Sisejufe. Quem sabe o próximo personagem do Prata da Casa não seja você? Envie seu contato com alguns detalhes de seu trabalho para imprensa@sisejufe.org.br

*Da Redação.